

Do “espetáculo constrangedor” ao “rapa”: imprensa, naturalização da repressão e a construção da figura do camelô no imaginário carioca

From the “embarrassing show” to the “rapa”: press, repression naturalization and the building up of the figure of street vendors in the carioca imaginary

Vítor Henrique Guimarães Lima
Mestrando em Cultura e Territorialidade
Universidade Federal Fluminense
vitorhgms@gmail.com

Recebido em: 12/03/2020

Aprovado em: 05/05/2020

Resumo: A presença dos camelôs na cena urbana carioca é um tema historicamente cercado de tensões para os diversos estratos sociais. A análise do discurso historicamente produzido pelas classes políticas e pela força da imprensa, geralmente alinhadas com as autoridades de ordem urbana, nos permite enxergar quais são as problemáticas dos camelôs para esses setores. É a isto que este trabalho se propõe: identificar quais as questões criadoras de tensões entre camelôs e poder público e de que forma a imprensa atua como importante agente normatizador do pensamento e do comportamento social, e, por fim, como legitimadora da própria repressão violenta cometida aos trabalhadores ambulantes. O camelô pode ser identificado como um problema de três ordens na maneira como é tratado pela imprensa: um problema de estética urbana, um problema de ordenamento público e um problema econômico. O resultado desse processo é o gradativo aumento da repressão violenta a esse tipo de trabalhador, o que ajuda a estigmatizar o camelô no imaginário social carioca e que pode também ser considerado como um “espasmo da escravidão”, visto que esse tipo de controle social aos ambulantes é imposto desde a existência da Guarda Real e dos negros de ganho e quitandeiras.

Palavras-chave: imprensa e sociedade; imaginário social; comércio de rua; cultura urbana.

Abstract: The presence of street vendors in the carioca urban scene is a theme historically surrounded by tensions for many social groups. The analysis of the discourses historically produced by political classes and by the press force, usually aligned with each other and with urban order authorities, allows us see what are the problematics of the street vendors for those sectors. This article proposes identify what are the topics that carries tension between street vendors and public power and how the press acts as an important standardizer agent of the thinking and behavior at a collective and social levels. Street vendors may be identified as three points problems in the way that they have been portrayed by the press: as problem of urban aesthetic, as problem of public ordering and as economic problem. The results of this process is the gradual raise of the violent repression to this kind of worker, what influences the stigmatization of the street vendor in the carioca social imaginary and may be considered as a “slavery spasm”, whereas this type of social

control towards street vendors is an imposition since the existence of Guarda Real and quintadeiras and enslaved of gain.

Keywords: press and society; social imaginary; street market; urban culture.

Introdução

Do ponto de vista histórico, o vendedor ambulante sempre ocupou uma posição periférica no mercado de trabalho, fato que é decorrência tanto da estrutura produtiva do país quanto dos esforços hegemônicos de marginalizar essa atividade na sociedade e na paisagem urbana, seja através dos discursos políticos e midiáticos, seja através de políticas públicas - que constantemente visam o controle repressivo ou expulsão desses profissionais das áreas centrais da cidade. O que varia, de fato, é a relevância social deste vendedor em diferentes contextos históricos e territoriais.

Ao contrário do que pode sugerir o senso comum e até mesmo alguns estudos acadêmicos (por exemplo: em “Da totalidade ao lugar” (2002[1996]), Milton Santos defende que as atividades do chamado “circuito inferior” da economia das cidades está associado a atividades econômicas que são resultados indiretos de uma modernização praticada por aqueles que se beneficiam pouco ou nada do *recente progresso técnico* e das vantagens a ele ligadas), a prática da ambulantage remonta aos ganhadeiros de Salvador e aos negros de ganho e quitadeiras do Rio de Janeiro durante o período da escravidão (Guimarães Lima, 2020). Àquela época, os indivíduos voltados para essa atividade (negros escravizados, libertos ou livres), eram fundamentais para a economia urbana e reprodução tanto da sociabilidade e cultura dos negros quanto do poder simbólico da hierarquia social.

Já após a Abolição, uma vez que não mais sob regime de uma constituição escravocrata (ou seja, livres da repressão violenta hierárquica racial senhor-escravizado antes permitida por Lei), os negros agora libertos foram enquadrados no grupo de “classe perigosa” (termo cunhado pela escritora inglesa Mary Carpenter na década de 1840 para definir aqueles que viviam às margens da sociedade, tendo já estado em prisões ou sobrevivendo através do não-trabalho ou de pequenos furtos [CHALHOUB, 1989]), estando constantemente na mira de ataques da imprensa, que os considerava presença perigosa e indesejada na paisagem urbana, e das autoridades políticas, que passam a reprimi-los de maneira cada vez mais ostensiva.

Desde então, num contexto social cada vez mais globalizado tanto no que diz respeito à circulação de informações quanto às relações político-econômicas mundiais, a relação entre guardas

municipais e/ou policiais com os ambulantes se tornou gradativamente mais conflituosa – e a mídia teve papel fundamental na mediação entre esses confrontos e o imaginário social.

Este artigo procura se debruçar no exercício dessas três entidades sociais (autoridades políticas, as forças de repressão sob suas ordens e a imprensa) no tocante ao processo de marginalização dos ambulantes e legitimação da repressão para com esses trabalhadores.

Operacionalmente, serão feitas análises de textos e imagens presentes em reportagens veiculadas durante o século XX na cidade do Rio de Janeiro. A maioria dessas matérias foram a público pelo jornal O Globo, que teve sua primeira edição circulada no dia 29 de julho de 1925. Elas nos permitem observar algumas mudanças tanto no conteúdo quanto na maneira como os fatos eram retratados nas suas páginas. Inicialmente, as páginas traziam propagandas comerciais, pequenas notas políticas e uma variedade de relatos do dia-a-dia carioca, com informações que hoje nos soam estranhas ou até desnecessárias, como endereços de moradia dos personagens envolvidos nos fatos, número de registro de guardas municipais, bombeiros, policiais etc.. Notava-se, claro, a descrição dos fatos, mas muitas vezes num tom denunciativo diferente do observado nos dias de hoje, deixando clara a percepção de violação da ordem urbana – uma grande parte disso, certamente, se deve ao abismo que separa o volume de informações que circulam pelo mundo e também a sua velocidade em relação aos dias de hoje, ainda que o tom denunciativo esteja presente em algumas matérias mais atuais.

A análise das matérias levará em conta a articulação entre interlocutor e público leitor dos jornais e mídias através das mensagens textuais (levando em consideração o tipo ideal de comportamento desejado pelos jornalistas) e o conteúdo apresentado nas imagens.

A análise dessas reportagens será feita a partir da leitura de Fairclough (2001), que, por sua vez, se apoia em Bakhtin; Brittos e Gastaldo (2006) e Maia (2006). Já a leitura sobre instrumentos de repressão sob ordem do Estado será feita a partir do discutido por Costa (2004).

Imprensa e forças repressivas como instrumentos hegemônicos de reprodução do poder

Um dos esforços de Brittos e Gastaldo no artigo “Mídia, poder e controle social” (2006) e de Maia na introdução do artigo “Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca por competitividade no ‘mercado mundial’ de cidades” (2006) é destacar o potencial da imprensa, da mídia e de suas tecnologias de *permeiar no e moldar o imaginário social*.

Para os primeiros, a mídia e suas tecnologias são condutoras e provocadoras de cristalizações das condições sociais desiguais que regem a dinâmica social. As tecnologias, que estão presentes em diversos espaços sociais e, assim, se integram à sociabilidade, passam a ditar posturas tidas como adequadas, reafirmando ou criando caminho para a introjeção subjetiva de determinados comportamentos. Isso pode ser observado em qualquer época, ainda que em diferentes proporções devido à evolução tecnológica dessas mídias e da parcela da população que as consome. Por isso, dentro de uma engrenagem capitalista onde a imprensa é posta como uma empresa jornalística,

apresenta-se todo o aparato midiático como o próprio poder, não só por seu papel social (ou a quem serve), mas porque assim é visto pela sociedade, que o identifica como algo superior, portador/definidor da realidade (e não uma representação desta), revelador da verdade e responsável pela criação das autênticas autoridades dos tempos atuais (BRITTOS; GASTALDO, 2006, p. 122).

No geral, a mídia atua como uma “fornecedora de dados ao imaginário” social, e isso ocorre em diversas frentes porque ela atua sobre diversos agentes e formas sociais.

Já para Maia (2006), uma vez que é uma das principais mediadoras entre cidade e população, a mídia assume lugar privilegiado e “incontestável” na renovação urbana e no “fazer política”. Nas palavras da autora, a mídia consegue “mobilizar a população e ganhar sua adesão em relação a alguns projetos, rechaçar outros, valorizar lugares, difundir formas e usos adequados de determinados equipamentos urbanos” (2006, p. 65). Dado o apelo visual de algumas mídias e de suas tecnologias, o que ocorre é que estas moldam o espetáculo urbano “enquanto uma relação social mediada por imagens”.

Entretanto, para que a população assimile essa visão hegemônica (principalmente aqueles que não pertencem, de fato, às elites sociais), é necessário que a imprensa tenha “credibilidade”. Brittos e Gastaldo (2006) argumentam que a credibilidade da imprensa é forjada pelos contratos jornalísticos de Charaudeau: o “contrato de autenticidade”, que diz respeito à premissa de fidelidade à realidade das quais partem (ou deveriam partir) as transmissões jornalísticas dos fatos, e o “contrato de seriedade”, que obrigaria o jornalista (ou outro “sujeito informador”) a transmitir informações. Esses contratos supostamente forjam uma “neutralidade jornalística” ideal.

Fairclough (2001) coloca, a partir da leitura de Bakhtin, que “enunciados (...) são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (p. 134), e por esse motivo é importante entender o papel da hegemonia na construção desses enunciados:

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. (...) A teoria da intertextualidade não pode ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

O intertexto jornalístico (e o da mídia) não escapa dessa condição. Ainda que se anseie por uma neutralidade no discurso, qualquer arranjo de palavras para transmitir um fato partirá de uma impressão, de uma ideia que se tem sobre objeto em questão. Mais que isso: a partir do momento em que a imprensa usa de sua credibilidade e poder social para se posicionar como porta voz dos interesses da população (ou pelo menos de parte dela), ideias divergentes à dela são tidas, num primeiro momento, como desviantes – e isso contribui para que as ideias (hegemônicas) da imprensa se reproduzam não só como *ideias*, mas como *ideais* no imaginário social, o que, por sua vez, cria um senso de autocensura em alguns setores da população (os que estão sendo atacados pela imprensa e/ou aqueles que se identificam de certa forma com as ideias divergentes), seja a partir da sensação de medo de repressão ou por coações sutis no cotidiano.

A imprensa exerce, portanto, o papel de costurar a relação imagem / realidade, sugerindo subjetivamente associações qualitativas aos fragmentos urbanos e atores sociais no imaginário social. Sugere também projetos de cidade e de sociedade, as maneiras corretas e as toleráveis de se comportar como cidadão, definindo algumas linhas fronteiriças entre civilidade e criminalidade – o que não raro se estende à mediação entre o poder público e a opinião pública.

Maciel (2010), ao falar sobre a imprensa suburbana no início do século XX, nos relembra “a história dos vencedores” de Walter Benjamin, que, nas palavras dela, “orienta a produção e a preservação de documentos, a construção de monumentos, que serve como referência única” (p. 191) do que se deve, por exemplo, ser ensinado nas escolas, servir de atrativo turístico etc. É a partir desse estado social que experiências sociais do passado e do presente são silenciadas ou esvaziadas de relevância para a construção das identidades social, cultural e territorial; narrativas de sujeitos sociais marginalizados são menosprezadas enquanto se escreve uma história única que “se impõe como verdade, transformando-se no único parâmetro para julgar o valor e a veracidade de outras vivências na cidade” (p. 192).

Quanto às forças repressivas sob ordem das autoridades políticas, cabe refletir sobre as políticas públicas de controle social após a Abolição e trazer à luz a discussão feita por Costa (2004) da relação entre Estado e ordem urbana, de forma que se estabeleça uma relação comparativa entre

a concepção estatal sobre ordenamento espacial e controle dos corpos no ambiente urbano à época com o passar do século XX.

O fim do regime escravocrata trouxe um momento de discussão sobre como se daria, a partir dali, o controle da massa pobre, já que não haveria mais nenhum mecanismo que legalizasse qualquer relação patrão-servente que remetesse a um regime de encarceramento, punição física etc. como observados entre senhores e negros escravizados. Os negros representavam “uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre...”, segundo o deputado Mac-Dowell, em julho de 1888, que dizia ainda que

“há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para o outro transformar o que está na natureza” (MAC-DOWELL *apud* CHALHOUB, 1996, p. 24).

Vigiar, repreender e controlar o cidadão negro e pobre era uma condição necessária para a construção do novo projeto de cidade (e de nação) desejado pelos setores hegemônicos da sociedade. Era a maior mão-de-obra disponível e, como expresso na fala do deputado Mac-Dowell, era “imperioso” controlar aqueles que possuem o ímpeto natural de incivilidade. O Partido Republicano Paulista (PRP), que veio a eleger dois dos três primeiros presidentes diretamente eleitos da República (Campos Sales, com mandato de 1894 a 1898, e Rodrigues Alves, de 1898 a 1902), trazia uma forte política imigrantista como alternativa à mão-de-obra muito devido à descrença de que a população negra se daria ao trabalho livre.

O período pós-Abolição foi marcado por diversas intervenções que marginalizaram e criminalizaram as atividades mais autônomas da massa pobre, tal como a apropriação do espaço realizada por seus integrantes. Além disso, foram várias as maneiras encontradas de se legitimar a repressão ao longo das décadas. O uso da violência que, segundo Costa (2004), é uma das ferramentas sociais mais efetivas do Estado que se realiza através principalmente das forças policiais, tornou-se peça fundamental para o entendimento do fenômeno de controle e repressão da atividade ambulante e também da criação dos estigmas em torno da figura do camelô.

O autor ainda faz um breve comentário sobre o *estado de direito* em alguns países. Ele define esse estado como o exercício do poder estatal conforme previsto nas leis e a igualdade de todos os cidadãos perante elas. O problema está justamente no cumprimento do estado de direito: os abusos cometidos por agentes estatais e a aplicação desigual das leis se tornam pontos alertantes no

cumprimento da lei pelo próprio estado, fazendo com que o estado de direito seja parcial e/ou seletivo. Isso revela, na opinião de Costa, que para os agentes do Estado mais importa a aplicação das leis do que a garantia e respeito aos direitos individuais – e isso é significativo.

Um ponto crítico na análise da relação entre o modelo de produção social e os mecanismos de controle social que o autor faz é “entender a relação entre as mudanças na estrutura produtiva e a transformação da superestrutura política responsável pelo controle social”, superestrutura essa que carrega seu próprio conjunto de valores e crenças. Costa continua, afirmando que é

necessária uma análise da persistência de formas de controle social supostamente feudais ou escravocratas numa economia capitalista, não só do ponto de vista de como tais mudanças desafiam o antigo sistema de controle social, mas também de *como esse sistema de controle social obstrui tais mudanças sociais* (2004, p. 44) [Grifo meu].

Portanto, se antes da Abolição era necessário vigiar os pequenos agrupamentos de negros de ganho na rua (estes eram considerados má gente, baderneiros e davam ao lugar onde costumassem estar o status de “mal frequentados”) e após esse mesmo evento as práticas repressivas persistem as mesmas (ainda que através de um discurso diferente), torna-se válido questionar até que ponto a Polícia é uma instituição que responde ao Estado, que teoricamente realiza as mudanças sociais através de políticas públicas, e até que ponto os ganhos sociais tidos até mesmo os dias de hoje refletem mudanças também no cerne do projeto de cidade idealizado há mais de 100 anos atrás.

Menezes (2003) analisa a relação entre população, Prefeitura e pequenos comerciantes a partir de matérias do jornal JB. Apesar de tratar sobre pequenos estabelecimentos comerciais, e não sobre o comércio ambulante, o autor nos oferece uma boa noção de como essa relação era conflituosa no campo dos interesses comerciais e urbanos e que frequentemente também se manifestava em conflitos físicos. Para o autor, num contexto histórico onde o poder público tinha a necessidade de criar novos aparelhos simbólicos para compor o imaginário social, “os jornais foram utilizados para convencer e a violência usada para dominar as classes subalternas, sob égide de uma ordem e de uma hierarquia” (p. 75).

Compreende-se, portanto, que as atuações da imprensa e das forças repressivas foram e continuam sendo fundamentais para o controle social e para o convencimento da população de que esse controle é realmente necessário para a manutenção de uma dada ordem. Além disso, elas ajudariam a subjetivar uma concepção de hierarquia social enviesada pela ideologia e pelo padrão de vida então hegemônico, o que facilitaria a aceitação e a reprodução do poder de forma natural por parte da população. Ambas as forças andam de mãos dadas, uma complementando e/ou

legitimando a outra – com raras exceções, como teremos a chance de ver neste trabalho. Mas de que forma isso se observa?

Uma questão estética

A apropriação do espaço público urbano é um assunto que sempre esteve relacionado à imagem da cidade. A reforma Pereira Passos não vinha apenas intenção de higienizar a área central da cidade; ali, mais do que nunca, a paisagem carioca ganha função ideológica. A projeção da imagem da cidade para fora de seus limites territoriais era uma questão urgente para o poder público. Num contexto onde “modernização” e “industrialização” eram palavras-chave nas intervenções estatais na cidade, a intenção era tornar o Rio de Janeiro, então capital política e cultural do Brasil, um polo cultural e economicamente atrativo para os olhos internacionais.

Isso se tornou ainda mais importante conforme a globalização acelerava a circulação de informações em suas diversas formas (financeiras, políticas, jornalísticas etc). Para Maia (2006), falar em globalização significa fazer referência não só aos seus aspectos econômicos, mas também ao “alongamento e intensificação das relações sociais em escala mundial” (p. 62), visto que as relações entre as localidades são estreitadas de maneira que a vida social se torna mais complexa. A intensificação dessas relações se mostra na disputa pelo uso e apropriação do espaço público: diferentes forças sociais passam e ter interesses divergentes no uso de alguns fragmentos da cidade e a disputa por eles se manifestam de distintas formas, com cada lado usando de instrumentos que lhes estão a alcance.

Por exemplo, a matéria intitulada “A chefia do departamento de fiscalização - confirmado no cargo o Senhor Renato Meira Lima” no dia 09 de julho de 1948. A reportagem dizia que

“(…) O Sr. Renato Meira Lima, à frente da Fiscalização, tem desenvolvido uma ação enérgica de que muito se vem *beneficiando o comércio e a própria fisionomia urbanística do Rio*, pois S. S. tem empreendido intensa *campanha contra os abusos de ‘camelots’ e ambulantes, que tanto afeiam a cidade, emprestando-lhe aspectos de aldeia.*”
[Grifos meus]

Com a insistência da ambulante na cena urbana do Rio de Janeiro após a Abolição e até mesmo após a Reforma Pereira Passos, o camelô passou a ser visto cada vez mais como um problema urbanístico e estético, e não apenas como um grupo social a ser controlado. Segundo o trecho destacado acima, eles “afeiavam” a cidade, lhe dando aspectos primitivos – ou, pelo menos, de uma cidade inferior à que de fato representava o Rio de Janeiro.

O mesmo discurso pode ser observado na matéria intitulada “Em tempo: as autoridades voltam suas vistas para os mendigos, os vendedores de bilhetes e os ‘camelots’”, veiculada pelo jornal O Globo no dia 10 de janeiro de 1950:

(...) Ainda ontem, numa documentada reportagem, focalizamos *aspectos desagradáveis do Rio, em sua fisionomia multiforme, mostrando que, de há muito, a cidade deixou de ser maravilhosa. O descuido das autoridades e a falta de policiamento suficiente transformaram certos trechos do Rio em lugares perigosos*, fazendo pensar numa verdadeira Casbat incrustada na estrutura alegre da nossa capital.

A rua do Lavradio é, hoje, um desses antros. Quem por lá passa, desde as primeiras horas da noite, pensa naqueles filmes americanos em que os bairros do crime e do vício de certas cidades da costa africana do Mediterrâneo surgem como *ameaças à segurança e à tranquilidade de espírito* de quem as visita. Os indivíduos, que fazem da rua do Lavradio seu ponto constante, fazem-no em voz alta, brigam, bebem, fazem grosserias e palavras de baixo calão a qualquer propósito ou mesmo sem o menor propósito. Ocorrências lamentáveis, algumas de graves proporções (GLOBO, 1950)

A reportagem do dia anterior falava sobre a presença de mendigos, bilheteiros e “camelots” na área central da cidade. “Casbat” são locais em algumas cidades do Norte da África que eram cercados por muralhas e onde a população se defendia de tempestades de areia ou de ataques de inimigos políticos, o que segundo o autor da matéria não condiz com a “alegria da cidade”. A sensação provocada pela presença dessas pessoas e, ainda mais importante, pelos *lugares que elas ocupam* e pelo uso deles nas áreas centrais é de intranquilidade e insegurança para os outros moradores. Na opinião do jornal, o policiamento para ordenamento urbano era peça importante também para a preservação estética da paisagem urbana e do bem-estar característico associado à cidade. Esses “aspectos desagradáveis” que ferem o status de “cidade maravilhosa” do Rio de Janeiro eram constantemente atacados pela imprensa (e ainda hoje são, como veremos mais adiante neste trabalho). Desta forma, o jornal se põe como porta-voz dos interesses da população (mesmo que não de toda ela) e da cidade – ao mesmo tempo que legitima a ação da polícia. A matéria de 03 de fevereiro de 1950, que pode ser vista na imagem abaixo, é objetiva:

Imagem 1: “Vamos melhorar o aspecto da cidade?”



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Vamos melhorar o aspecto da cidade?”. 03/02/1950.

A reportagem informa que o ambulante estava embriagado e, por isso, teria se deitado no meio do Largo da Carioca. O autor usa o caso para atacar os trabalhadores ambulantes (e aqui estou assumindo como verdadeira a acusação de que o vendedor estava bêbado, de fato), além de associar a regiões do interior do Brasil um comportamento que ele trata como negativo, incivilizado. A presença de populares com seus olhares voltados para o camelô sugere uma oposição entre cidadãos e camelô. A imagem apresenta uma cena impactante e o texto a complementa induzindo o leitor a se aproximar do olhar crítico dos populares e se distanciar do sujeito no chão – o camelô.

É um “Espetáculo constrangedor”, como afirma o título da matéria veiculada no dia 16 de fevereiro de 1951, que fala do

[...] aspecto sumamente desagradável que apresenta o Centro da cidade, com dezenas de vendedores ambulantes a berrar no ouvido dos transeuntes e a

embargar-lhes os passos, quando não improvisam balcões sobre caixotes onde expõem suas bugigangas. Agora, após um período de relativa calma, *o mal voltou com maior virulência*. Não queremos impedir quem quer que seja de ganhar dinheiro, da maneira que melhor lhe convier e for aceitável. Mas a verdade é que até o trabalho honesto deve encontrar barreiras no *respeito ao bem-estar do próximo*. Em outras palavras, não há boa intenção que justifique *degradar desta maneira o coração da capital da República*, uma vez que as cenas a que nos referimos passam-se principalmente nas ruas mais centrais da cidade, como Gonçalves Dias, Ouvidor, Avenida Rio Branco etc. Nelas, é tal a quantidade de ‘camelots’, vendedores de bilhetes, além de um número sempre crescente de mendigos falsos e verdadeiros, que mais parece estarmos cruzando um desses *sujos e turbulentos* bairros de cidades orientais apresentados nos filmes de mistério [Grifos meus].

Na opinião do jornalista, que não poupa juízo de valor, os camelôs são um mal virulento que contamina a área central da cidade, desrespeita o bem-estar do próximo e degrada as ruas mais movimentadas do bairro. Mais uma vez, os camelôs são como um problema estético (e não apenas de ordem urbana). Eles seriam responsáveis por um “constrangedor espetáculo” e pelo “aspecto sumamente desagradável” na cena urbana, tal como outros atores sociais marcadamente indesejáveis pelo locutor, que delibera que deve haver barreiras para o trabalho honesto de uns priorizando o bem-estar de outros. Novamente, a partir do lugar privilegiado que a imprensa ocupa no imaginário social, o leitor é induzido a enxergar a situação pelo ponto de vista sociocultural do locutor. É interessante trazer uma outra reportagem, agora veiculada na internet pela Veja Rio.

Imagem 2: “Desordem urbana toma as ruas do Rio e mexe com o astral do carioca”.



Fonte: VEJA RIO. “Desordem urbana toma as ruas do Rio e mexe com astral do carioca”. 17/06/2017. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/desordem-urbana-toma-as-ruas-do-rio-e-mexe-com-astral-do-carioca/>

A chamada da matéria define camelôs, mendigos e sujeira (e o descaso político quanto a esses temas) como alguns dos causadores do “baixo astral do carioca”. No texto, veiculado no dia 17 de junho de 2017, o jornalista Pedro Henrique Nascimento comenta que “com a inação do poder público diante da situação — e somadas à sujeira, às pichações e à poluição que tomam a paisagem urbana —, o cenário ganha tons desoladores”. O texto traz ainda a opinião do presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães, para quem “a escassez do serviço público e a desordem urbana transmitem uma ideia de abandono e contaminam a visão da população sobre a própria cidade”. E completa: “Eu mesmo, quando ando pelas calçadas do Jardim Botânico [bairro da Zona Sul carioca], onde moro, percebo um ambiente totalmente hostil”.

Além da cobrança da atitude do poder público, o discurso aqui é bastante semelhante ao apresentado nas reportagens de janeiro de 1950, onde mendigos, “camelots” e bilheteiros causavam um “espetáculo constrangedor” no espaço urbano carioca. Isso revela a persistência do estigma de “desordem urbana” atribuída à figura do camelô.

O recorte geográfico é um ponto importante: todas as reportagens acima se referem a fatos ocorridos no eixo Centro- Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. No geral, a maior parte das reportagens do Globo que se referem ao camelô como um problema urbano fala do fenômeno nas ruas do Centro ou nas ruas da Zona Sul, principalmente na orla, em oposição a poucas ocorrências em outras áreas da cidade – o bairro de Madureira e as áreas mais comerciais da Zona Oeste são bem menos citados.

Isso se encaixa com o que Barbosa (2013) chama de *dever ser carioca*. A beleza e generosidade da natureza na composição da *Cidade Maravilhosa* são postas como símbolos da cidade e transformadas em potencial a ser explorado como imagem projetada internacionalmente do Rio de Janeiro. Alguns exemplos disso são os registros visuais do artista francês Debret na sua “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, onde as curvas dos morros da área urbana da época podem ser observadas na maior parte de suas obras, como no exemplo da imagem a seguir; os dos filmes de Carmem Miranda na década de 1920; as cartas e relatos de viajantes estrangeiros quando vinham para o Rio de Janeiro, como o austríaco Stefan Zweig que, ao chegar de navio no Rio de Janeiro e mirar a cidade pela primeira vez, disse que “é como se a natureza, como escultora aventureira, tivesse tentado dispor todas as formas terrestres uma ao lado da outra...” (2016, p. 42).

Ou, como Pires (2011, p. 42-43) coloca, a prática da ambulante é vista como uma estratégia de sobrevivência culturalmente tardiamente evolucionista, atrasada ou, “conforme

discurso politicamente correto, subdesenvolvida, paulatinamente associadas ao perigo e ao desvio de conduta, ante uma pretensa moral dominante patrocinada por grupos que se pensam hegemônicos, cultural e politicamente, na sociedade brasileira”.

A paisagem urbana, que compreende, além de outras coisas, esses elementos naturais, torna-se um instrumento ideológico na disputa do espaço urbano e não deve ser maculada ou corrompida. O elemento humano na paisagem urbana é questão chave dessa discussão porque a disputa se dá entre aqueles que compartilham do ponto de vista do jornalista e aqueles que são criticados por ele – que se apropriam e fazem uso do espaço público de maneira inadequada aos olhos hegemônicos. Qualquer coisa que fira esses símbolos naturais e que não seja estética e ideologicamente interessante para os setores hegemônicos é entendida como uma ameaça a esse símbolo, à imagem da cidade e, portanto, deve ser combatida.

Uma questão econômica

Ao longo das décadas, houve duas formas principais que o jornal O Globo trata os camelôs como um problema de ordem econômica. A primeira, mais presente nas reportagens entre a década de 1920 e 1970 (mas que não cessou nessa época), se refere ao não pagamento de impostos e a como a camelotagem é prejudicial aos comerciantes tidos como “formais”. A segunda reflete como a imagem da cidade importante em contextos econômicos cada vez mais marcados pela globalização, principalmente a partir do início da década de 1950, em assuntos relacionados ao turismo e legalidade e prejuízos econômicos aos setores público e privado em de escala mais abrangente.

Tomemos como exemplo a matéria circulada pelo O Globo em 29 de fevereiro de 1928 que fala sobre “Os excessos da propaganda comercial - também os reclamistas se insurgem contra os ‘camelots’”. O texto tratava o assunto da seguinte forma:

Divulgamos, ontem, a iniciativa que os negociantes da rua Sete de Setembro tomaram contra os ‘camelots’ que, nos seus excessos de propaganda, causam inúmeras contrariedades ao público, prejudicando, ao mesmo tempo, o comércio, que não lança mão de tão condenável recurso.

A propósito desse *movimento salutar*, fomos hoje procurados pelo senhor Affonso Silva, o popular propagandista ‘Polar’, que nos veio hipotecar sua solidariedade a esses negociantes.

Disse-nos, assim, o Sr. Affonso Silva que a iniciativa é de toda justa, por isso que não prejudica somente o público e o comércio mas também à classe dos honestos propagandistas a que pertence e que paga não pequenos impostos à Prefeitura para o exercício de sua profissão (GLOBO, 1928) [Grifo meu].

O jornal trata a denúncia às propagandas excessivas dos camelôs como “um movimento salutar”, alinhando o discurso ao do propagandista e do comércio regularizado e, sugestivamente, do público em geral. Esse discurso que alia o jornal O Globo e os comerciantes regularizados se estendeu durante as décadas. Em 11 de dezembro de 1954, o jornal noticiava que “os lojistas estavam satisfeitos com o combate aos ‘camelots’”. Segundo a matéria, o Sindicato de Lojistas teria parabenizado formalmente o secretário do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, Egberto de Assis Silveira, pela sua ação contra os ‘camelots’. “O Sindicato de há muito vem empenhado na eliminação dos vendedores clandestinos que, observa, *são frutos de desajustamentos sociais e na maioria delinquentes*” (grifo meu), completa a matéria. A matéria articula o bem econômico dos lojistas com o julgamento moral dos praticantes da camelotagem e o combate a estes indivíduos.

De motivação semelhante, lojistas e vendedores ambulantes credenciados foram convocados para uma reunião na sede da Federação de Comércio Varejista para definir de que maneira ambos os grupos se posicionariam na luta contra o crescente número de camelôs irregulares nas ruas, segundo o Globo de 21 de outubro de 1964. O presidente do Clube dos Lojistas, Valdimir Santos, alegava ainda que, com a aproximação das comemorações do IV Centenário (aniversário da cidade do Rio de Janeiro), era fundamental que o comércio legalmente estabelecido fosse priorizado, pois comércio clandestino não poderia ser visto pelos turistas que viriam à cidade.

O discurso de preocupação com turistas e investidores também está presente em várias outras reportagens, como a intitulada “Não é a cidade maravilhosa que vamos mostrar aos turistas na Copa do Mundo... - Vamos melhorar o aspecto da cidade?” que trazia o seguinte texto:

Estamos no ano da Copa do Mundo. O Rio de Janeiro receberá turistas de várias partes do planeta (...). O Estádio Municipal está adiantado, os hotéis preparam suas acomodações, o povo aguarda, com alguma expectativa, a leva de espectadores para o Campeonato Mundial de Football. Entretanto, não é só a paisagem urbana do Rio que merece emirados. *O que deixa lembranças fortes, o que marca uma cidade, é a sua paisagem humana.* Sobre este aspecto, tudo ainda está por se fazer na mui nobre e digna cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O centro do Rio é uma confusão tremenda: bilheteiros, camelots, mendigos e vagabundos ocupam os pontos estratégicos, impedem a passagem, incomodam os transeuntes. Torna-se necessária uma providência nesse sentido, para que a paisagem humana também se modifique este ano. Não se pode prever a influência que um fato assim deixa no estrangeiro que nos visita. Às vezes, tratados comerciais são atingidos pela impressão pessoa que uma personalidade de responsabilidade teve, ao visitar, como turista, o país em questão (GLOBO, 1950) [Grifo meu].

Nota-se, pelas expressões do texto, que a Copa do Mundo referida no título não é a de 2014. Trata-se, de fato, de uma matéria que circulada no dia 09 de janeiro de 1950. O discurso (higienista) do autor, tão opinativo quanto denunciativo, trata a “paisagem humana” como uma das coisas mais marcantes de uma cidade, sendo importante elemento do que ele chama de “aspecto da cidade” no título da matéria. Logo depois ele expressa sua opinião de que os pontos estratégicos da “nobre e digna” cidade não poderiam ser ocupados pela confusão causada por atores sociais como camelôs, bilheteiros e mendigos. Por fim, afirma que a presença dessas figuras na cidade pode ser um obstáculo ou elemento determinantemente negativo para o estabelecimento de parcerias comerciais internacionais.

E, novamente, encontramos uma correspondência atual às palavras de uma reportagem com mais de 60 anos de idade. A matéria “Comércio ilegal no Rio tem de ser combatido” está n’O Globo do dia 01 de outubro de 2017 e começa o texto dizendo que a falta de planejamento urbanístico e a falta de ação e efetividade da Guarda Municipal contribuem para o crescimento do “comércio clandestino”. Além, claro, de citar dados de órgãos como Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro) e a FNCP (Fundo Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade).

O autor atribui aos camelôs parte da culpa do desemprego no município:

Como as barracas – muitas vezes vendendo mercadorias de origem suspeita a preços mais baixos – são instaladas em frente ao comércio estabelecido, que paga impostos e gera empregos, elas acabam por impactar a atividade econômica, reduzindo a arrecadação do município e provocando mais desemprego (GLOBO, 2017).

Como conclusão, o jornalista afere que “esse comércio ilegal tem de ser reprimido pelas autoridades, não só por uma questão de ordenamento urbano, mas também porque, em muitos casos, configura *crime, que afeta os negócios e o turismo da cidade*” (grifo meu). Ou seja, o jornalista atribui (equivocadamente) aos camelôs os fardos do fenômeno do desemprego devido ao seu impacto negativo nas economias dos estabelecimentos comerciais regularizados e na redução de acumulação de impostos pelo poder público, utilizando dados parciais que não contemplam a totalidade do fenômeno – é necessário botar na mesa as discussões, por exemplo, sobre desigualdades socioestruturais, amplitude de redes sociais e de acesso a empregos rentáveis no mercado de trabalho – o artigo “Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira” (BORGES; CARVALHO, 2017) oferece dados interessantes para a discussão sobre o quanto a presença de equipamentos de serviço básico, a vida econômica de redes

sociais estabelecidas e outros fatores de diferentes fragmentos da cidade favorecem ou não a inserção no mercado de trabalho.

Segundo dados (MAIA, 2006), a partir da década de 1990 o comércio passa a ser o setor econômico que mais amenizou “os impactos decorrentes da crescente exclusão dos trabalhadores dos demais setores econômicos (agropecuário e industrial)” (p. 67), o que pode ser observado, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, no crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de ambulantes no espaço público. Isso afetou diretamente nos dados socioeconômicos, revelando não só as desigualdades sociais como também as contradições do capitalismo.

Segundo a autora, “o comércio ambulante tem, de fato, se constituído num incômodo para vários segmentos sociais, que o veem como uma ameaça à competitividade, uma mancha na imagem desta, um peso morto na economia, dado seu *caráter atrasado*” (p. 67) [Grifo meu].

Uma questão de ordem

Em momentos de crise urbana acentuada e/ou que antecedem grandes deslocamentos do poder político, as práticas e os discursos hegemônicos trazem urgência do controle social através da ordem urbana. No momento após a Abolição, principalmente nos anos que antecederam e sucederam a Reforma Pereira Passos, houve uma preocupação com a maneira como a população se comportava publicamente, com os pequenos conflitos que surgiam na cidade e com a presença de determinados grupos na paisagem urbana; preocupava-se, em muitos casos, com a consequência econômica da presença desses atores e fenômenos sociais na urbe, e com a segurança pública.

Um bom exemplo pode ser visto na reportagem do dia 17 de abril de 1926, intitulada “Os ambulantes da Praia Formosa”. Acompanhando a imagem de seis homens e alguns tabuleiros ainda com produtos vêm os dizeres “Vários infratores presos pela polícia do 10º distrito” e “Um grupo de contraventores presos na estação da Praia Formosa”, o que sugere a associação dos camelôs com a criminalidade.

Imagem 3: Os ambulantes da Praia Formosa



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Os ambulantes da Praia Formosa”. 17/04/1926.

Em 18 de agosto de 1926, “O ‘camelot’ ficou zangado – e agrediu o menor a cinturão”, segundo a reportagem. No texto, Lauro Sebastião, descrito pela reportagem como um “vendedor de ‘sortes’” que anunciava sua mercadoria “constante de quinquilharias” teria agredido a cinto Waldemar Lopes de Moraes, de 14 anos, após um truque aplicado pelo jovem que desagradou o mais velho. Um bombeiro que passava no momento da confusão prendeu Lauro em flagrante e o entregou a um guarda civil. Lauro ficou preso no 14º distrito.

Em 24 de dezembro de 1930, foi circulada uma matéria dizendo que um “‘camelot’ fez desordem e acabou no xadrez”. Os três parágrafos relatavam que “o guarda da Prefeitura n. 286, Ulysses Salles, quis deter hoje o ‘camelot’ David Ferreira, por tê-lo colhido em flagrante de *contravenção das posturas municipais*” [Grifo meu]. O “infrator” teria resistido, feito um escândalo e, nesse momento, abordado por outro guarda, Fausto Sampaio (de n. 263), que teria sido recebido a socos por David. Um terceiro guarda, não nomeado e de n. 867, “ajudou os dois colegas a subjugar o atabiliário contraventor” e conduziu David não mais para agência municipal, onde responderia pelas tais “contravenções das posturas municipais”, mas para o 3º Distrito Policial, onde o camelô ficou detido.

Nesses três exemplos podemos chamar atenção não apenas a presença de autoridades de repressão (e, em dois dos casos, de suas posturas agressivas), mas também a maneira como os fatos e os atores envolvidos foram apresentados. Na reportagem da Imagem 3, os vendedores são

referidos pelo jornal como “contraventores” e “infratores”; criminosos, então. Já Lauro Sebastião vendia “quinquilharias”, termo que designa objetos sem valor ou sem utilidade, além de ter sido mostrado como agressor e levado à delegacia. Já David Ferreira não estava agindo de acordo com as chamadas “posturas municipais”, tendo em vista o estabelecido pela Delegacia de Costumes, e teria agredido pelo menos dois guardas e, ao final do evento, também foi levado à delegacia policial. Todas as reportagens opõem os camelôs (criminosos) e guardas municipais (autoridades), subjetivando posições maniqueístas dos atores sociais envolvidos, além de ressaltar a associação dos camelôs como agentes da desordem urbana e pessoas que não mereciam confiança.

Outra reportagem revela um pouco mais da ação das autoridades e dos estigmas de classe e de profissão presentes na sociedade carioca. Em 21 de outubro de 1935, a reportagem “Pega, Ladrão!” ia às ruas:

Waldemar Carneiro da Silva (...) é um desses infelizes, vítimas da situação, a quem não tem sido propício o encontro de uma colocação. Como, entretanto, precisa viver, o rapaz entrega-se ao *rude trabalho de fazer de ‘camelot’*, apregoando lâminas Gillette.

Sábado passado, estava Waldemar entregue ao seu pregão (...) quando surgiu um fiscal da Prefeitura (...) acompanhado de um guarda da Polícia Municipal. Ao percebê-los, Waldemar suspendeu o pregão e ia retirar-se quando os municipais o perseguiram. Correu, então, o ‘camelot’.

Vendo-se em dificuldades para alcançá-lo, os perseguidores gritaram:

- Pega, ladrão!

Então, com o próprio auxílio de pessoas do povo que julgavam tratar-se mesmo de um ladrão, o pobre rapaz foi *preso e esbordoado publicamente, e levado aos empurrões* para a agência da Prefeitura (...). Ali, depois de arrecadarem três dezenas de lâminas que o pobre rapaz tinha em seu poder, o empurravam escada abaixo.

Tornando ao largo da Carioca e procurando o guarda civil de serviço, Waldemar queixou-se do policial e este o apresentou ao comissário de serviço no 8^a distrito (GLOBO, 1935) [Grifos meus].

Destacam-se, aqui, a facilidade com que a população cede aos pedidos dos policiais, o abuso violento de autoridade no tratamento para com Waldemar e, por parte da imprensa, especificamente, a expressão “o trabalho rude de fazer de ‘camelot’”, sugerindo ao leitor julgamento de valor, associando a atividade da camelotagem grosseria e inadequação social.

Voltando a Britto e Gastaldo, isso está relacionado à credibilidade jornalística forjada socialmente a partir de uma suposta “neutralidade da imprensa”. Para os autores,

o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades (...). O processo de transformação dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica

que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões, dentre outras medidas (2006, p. 127).

Apesar de essa prática poder ocasionalmente ser não-intencional, há outros momentos em que elas são realizadas de maneira intencionalmente enviesadas, de modo a reforçar um *façer jornalístico* seletivo no que se trata de narrativas e da representação dos atores sociais envolvidos num fato social. Independentemente da intenção (ou da sua falta), fato é que essas técnicas ocorrem. Hoje em dia, quanto menos pessoal uma matéria jornalística se apresenta, mais “absorvível” e “assimilável” pela massa sua mensagem se torna. Mas numa época em que a linguagem jornalística ainda estava se aprimorando, a posição de “canal informador dos fatos” dava à imprensa lugar privilegiado de poder e credibilidade através de uma linguagem que sugere aproximação pessoal ao leitor. Portanto, a suposição do jornalista de que Waldemar “é um desses infelizes, vítimas da situação, a quem não tem sido propício o encontro de uma colocação” não aproxima o leitor ao Waldemar, mas sim do “sentimento de compaixão” textualmente forjado pelo jornalista em relação ao camelô.

Talvez um dos ataques mais diretos e explícitos à classe dos camelôs tenha sido veiculada no dia 10 de dezembro de 1957 pelo O Globo. O título, em destaque, chama atenção: “SEIS MIL CAMELÔS TOMARAM DE ASSALTO AS RUAS DA CIDADE!”. O texto que acompanha o título condena os camelôs como “a nódoa humana que ludibria ingênuos, provoca conflitos, embaraça transeuntes, contamina o povo e que deve ser extinta para o bem coletivo”, denuncia que “há portadores de enfermidades transmissíveis comerciando, vendendo frutas e bugigangas ao carioca”, criminaliza explicitamente os camelôs ao afirmar que “muitos outros são elementos da pior espécie, frequentadores constantes dos distritos policiais, não sendo raros os que não acabam nos presídios”, lhes incute o estigma de incivilidade ao dizer que eles são “agressivos, dramáticos, cínicos, mas nunca humildes” e que “livram-se magicamente da ação fiscal”. Para completar, a matéria cobra ação das autoridades “medidas drásticas para a repressão dos clandestinos”.

Em outros momentos da matéria o jornalista afirma que os camelôs estão presentes em todas as cidades do mundo Ocidental, não sendo, portanto (e “para o meu consolo”, como posto na matéria), uma “calamitosa criação nacional”. O locutor transcende o discurso comumente apresentado e trata o camelô não só como um problema de ordem urbana, mas também como um problema de saúde pública, dando alguns exemplos de camelôs portadores de doenças contagiosas. Como de costume, medidas são cobradas das autoridades – que chegam a se manifestar na matéria, dizendo que o contingente policial e a estrutura física destinada para a fiscalização é insuficiente.

Percebe-se, portanto, um discurso jornalístico que busca uma aproximação entre emissor e interlocutor (jornalista e leitor) e, a partir dessa aproximação, busca também a normatização do comportamento do cidadão, atrelando-o a uma espécie de moral (quase assumidamente) civilizatória que deve ser incorporada pelos cidadãos. Qualquer desvio a esse comportamento normativo e disciplinado dentro do campo das vendas deveria estar sujeito aos ataques da imprensa, à hostilidade dos comerciantes e à repressão violenta.

A guerra como resposta

A Associação dos Comerciantes e Ambulantes do Centro (ACAC) foi a primeira estrutura representativa organizada por camelôs e comerciantes. Surgiu no início da década de 1970, com o fim de cobrar reconhecimento e direitos aos camelôs. Um dos principais objetivos era trazer para eles a área que pertencia ao Metrô Rio, que antes era um estacionamento e que hoje corresponde ao Centro Comercial da Uruguaiana.

O caminho foi longo até esse objetivo ser alcançado. Em 1984, o Prefeito Marcelo Alencar lançou o programa que criaria os Centros de Comércio Populares. Foi a primeira tentativa de especializar e concentrar a atividade dos camelôs em pontos específicos da cidade. Seriam 10 Centros, no total: Praça XI, Praça da Bandeira, Bonsucesso, Penha, Méier, Madureira, Bangu, Cascadura, Campo Grande e Pavuna (MOREIRA, 2008).

Entretanto, tal plano foi elaborado sem a participação dos camelôs, muito menos da ACAC. Isso gerou desconforto e aumentou as tensões entre os lados, principalmente em torno do Centro da Praça XI: a Prefeitura defendia o estabelecimento deste como alternativa ao desejo dos camelôs de se estabelecerem na Uruguaiana – um ponto de um fluxo de pessoas muito mais intenso, próximo a terminal ferroviário, estação de metrô, mais próximo ao centro empresarial e financeiro do Rio de Janeiro.

Não houve sucesso nas negociações. Os camelôs começaram a se espalhar mais pelas zonas da cidade, ocorrendo inclusive uma entrada forçada na Zona Sul, onde estão os principais pontos turísticos do Rio de Janeiro, motivo pelo qual diversos conflitos ocorreram. O “rapa” voltou a ser recorrente, criando tumultos e incômodo para camelôs e banhistas.

Em 22 de novembro de 1991, a Polícia Militar entrou em confronto com camelôs que faziam uma manifestação nas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Esse é um caso em que a mídia teve grande destaque na formação da opinião pública, pois de maneira totalmente parcial, em toda a página dedicada ao ocorrido, pouco se fala sobre as demandas dos trabalhadores, enquanto por

outro lado foram mostrados inclusive mapa e cronologia do “tumulto criado” pelos camelôs (sem nem tocar na participação ativa da PM). O jornal fala ainda da “contradição intolerável” ocorrida na Rua Uruguaiana, dizendo que a “baderna” criada

[...] mostra o quanto vai ser preciso usar de firmeza e energia para pôr fim a essa situação monstruosa que é a ocupação do Centro da cidade por centenas de camelôs a venderem mercadoria de origem suspeita quando não francamente ilegal – como é o caso dos artigos de contrabando (GLOBO, 1926).

Os conflitos entre Polícia Militar, Guarda Municipal e camelôs era cada vez mais midiaticizado. Os órgãos públicos admitiam a perda da guerra contra os camelôs e a insuficiência de estrutura para combater a ambulância; o insucesso se dá no Centro, mas também em Madureira, no Méier, em Campo Grande, como mostra a Imagem 4.

Imagem 4: Prefeitura reconhece: perdeu guerra para os camelôs.



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Prefeitura reconhece: perdeu guerra para os camelôs”. 17/04/1926.

A Lei 1876/1992 foi assinada e transformava oficialmente o camelô numa atividade profissional. Seria, no entanto, uma atividade temporária. A Lei traçava ainda que meios o camelô poderia usar para vender seus produtos. Um ano depois o governo César Maia implantou a Guarda Municipal, pelo Decreto 12.000 de 30 de março de 1993. A partir daí caberia à essa guarda a

repressão sob uso da força. Seria essa uma das maiores inimigas dos camelôs no que diz respeito à ordem urbana e à segurança dos direitos de trabalho.

Os confrontos eram trazidos a público pela mídia como eventos de guerra: “Camelôs e fiscais travam corpo-a-corpo na Central” (O Globo, 10 ago. 1984); “Guerra no Centro: fiscais x camelôs” (O Globo, 30 set. 1989; Imagem 6); “Camelôs resistem a tiro e fecham avenida” (O Globo, 11 mai. 1994). A persistência da confusa atribuição de deveres para os órgãos públicos (quem podia notificar ou prender camelôs, quem poderia ou não usar a da força policial) gerou confusão a ponto da Polícia Militar entrar em confrontos com a Guarda Municipal – “enquanto camelôs se divertem na plateia”.

Imagem 5: “Guerra no Centro: fiscais x camelôs”



Guerra no Centro: fiscais X camelôs

Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Guerra no Centro: fiscais x camelôs”. 30/09/1989.

Materializava-se aí a repressão desejada por lojistas e impensas nas décadas anteriores. Ainda que os confrontos também trouxessem prejuízos pontuais para os lojistas, tudo era justificável pois os camelôs ainda eram vistos como um ponto que não condizia com a cidade do Rio de Janeiro. As imagens trazidas pelos jornais eram sempre de cenários caóticos: caixas e automóveis em chamas, camelôs sendo presos ou agredindo policiais, correria, lojistas e pedestres assustados... tudo isso ajudava na vilanização da figura do camelô.

Imagem 6: “Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro”

Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro

Carro e loja foram apedrejados durante conflito, que terminou com 3 presos

Marco Antônio Cavalcanti

Jorge Eduardo Machado

• Um conflito entre camelôs e guardas municipais ontem de manhã no Centro fez com que parte do comércio da Avenida Rio Branco e imediações fechasse as portas. A confusão começou por volta das 11h30m e só terminou uma hora depois, com a intervenção da PM. Um carro da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (CLF) da prefeitura foi apedrejado e três pessoas ficaram feridas: dois integrantes da guarda e um ambulante. Presos e levados para a 5ª DP (Gomes Freire), Agnaldo Costa dos Santos, de 36 anos, Cláudio de Carvalho, de 35, e Jorge Luis Rigueira, de 23, foram autuados em flagrante por lesão corporal e dano a carro oficial.

O tumulto ocorreu durante uma operação da Guarda Municipal, com apoio da PM, para



UM CAMELÔ é levado preso ao fim da confusão ocorrida no Centro

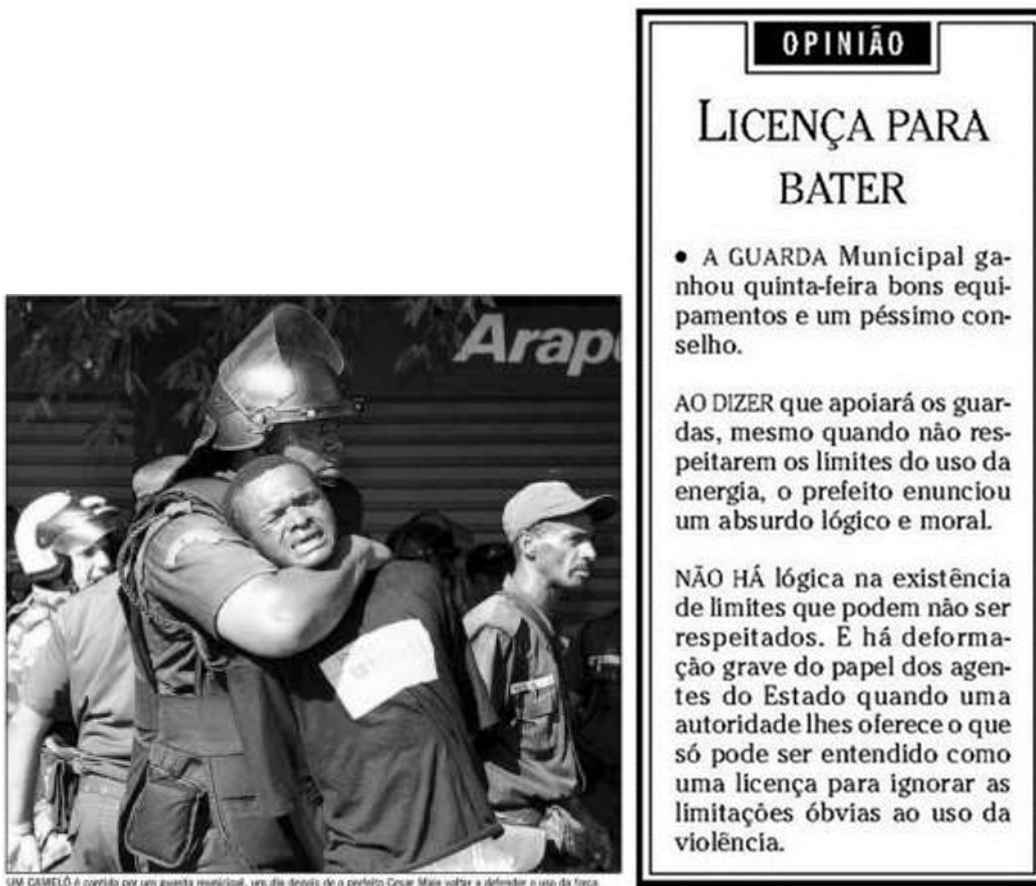
Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Conflito entre camelôs e guardas faz comércio baixar as portas no Centro”. 09/10/2002.

Os anos 2000 chegaram trazendo a banalização do uso da violência contra os camelôs. Como mostra a Imagem 8 acima, o comércio foi regular foi fortemente afetado devido às grandes proporções que os confrontos entre Guarda Municipal, Polícia Militar e camelôs alcançavam – os prejuízos ao comércio regular não se dava mais somente na “concorrência injusta de preços”, mas também na interrupção das vendas e nas avarias físicas decorridas dos confrontos. A resistência por parte dos camelôs de rua (aqueles que não vendiam seus produtos nos limites dos camelódromos) se mostrava cada vez mais sólida, tal como aumentava o uso da violência por parte dos agentes do Estado.

O Tenente-Coronel Carlos Antunes, comandante da Guarda Municipal, fez a seguinte declaração n’O Globo sobre os camelôs em 19 de novembro de 2002: “trabalhadores não têm segurança feita por policiais aposentados, não têm depósitos clandestinos e não vendem produtos que deveriam estar no comércio regular”. Pouco mais de uma semana depois dessa declaração, houve um dos maiores conflitos entre Guarda e camelôs: depois de receber novos equipamentos, a Guarda Municipal ganhara também o apoio do Prefeito César Maia “mesmo quando não

respeitarem os limites do uso de energia”. O “conselho” do prefeito foi duramente criticado pela imprensa, como retrata a Imagem 7.

Imagem 7: “Licença para bater”



Fonte: Acervo digital do Jornal O Globo. “Licença para bater”. 30/11/2002.

Daí é possível questionar, mais uma vez, até onde o Estado vai para legitimar o uso da violência e o abuso do poder em prol de um objetivo, muitas vezes sem nem mesmo entrar em diálogo com as partes envolvidas no conflito. A marginalização do camelô era tamanha que associá-los a ladrões, ao tráfico e ao contrabando tornou-se algo extremamente comum e natural – e tudo isso justificava a repressão severa.

Foi nesse cenário que surgiu, em 2003, o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). O MUCA foi ainda mais firme e mais organizado que a ACAC e hoje é o principal representante dos camelôs ambulantes do Centro da Cidade. O MUCA se mobiliza em reuniões com outros movimentos sociais, elabora projetos de organização espacial pelo Centro, entre outras atividades. Eles participaram ativamente das movimentações populares frente aos megaeventos ocorridos no Rio de Janeiro, visto que sua presença era declaradamente mal vista.

O Prefeito Eduardo Paes assumiu o cargo em 2009 com a promessa de regularizar a atividade dos camelôs e se comprometendo a criar um órgão que concentrasse o controle da camelotagem no que tange a definição dos locais onde fossem permitidos ou proibidas a presença dos camelôs. Foi criada a Secretaria Especial de Ordem Pública, que se apoiava na doutrina de “tolerância zero” praticada na cidade de Nova York e que tinha ampla aceitação da imprensa brasileira, e criou o Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA), que reuniria todas as informações de comércio ambulante na cidade.

Segundo o Dossiê, as principais reclamações dos camelôs foram: irregularidades no cadastramento do CUCA, multas abusivas para as irregularidades flagradas, abuso de autoridade, apreensão indevida de mercadorias, problema com o depósito de mercadorias e a violência por parte da Guarda Municipal. O dossiê apresenta relatos de uso de força física por parte da Guarda, mesmo em casos que tal uso fosse desnecessário e injustificável – como quando os camelôs não demonstravam qualquer resistência, ou quando mostravam nota fiscal de seus produtos etc. Ainda segundo o Dossiê, mercadorias foram extraviadas, a Guarda Municipal usou de força e ferramentas letais (armas de choque, por exemplo), destruiu pertences e agrediu pessoas.

Hoje, uma das maiores preocupações do MUCA é a movimentação na Câmara dos Vereadores de armamento da Guarda Municipal, o que cria grande preocupação por parte dos camelôs, visto que estes já reclamam do abuso de autoridade e de uso da violência. Nos transportes públicos, como nas plataformas de BRTs, trens e metrô, a fiscalização é intensa e a propaganda para evitar o consumo de produtos de camelôs se faz cada vez mais incisiva.

Conclusão

Tal como observado em Lima (2017), a maneira como o camelô é lido e tratado pelo poder público é um processo acumulativo ao longo da história da cidade. Foram poucas as políticas públicas voltadas para a inserção deste na sociedade, e muitas que o marginalizavam, principalmente dentro da cultura carioca.

A repressão violenta já se dava desde quando se via como necessário controlar os negros de ganho que se agrupavam fosse para vender seus produtos de maneira mais organizada, fosse para lazer e sociabilidade. As pequenas aglomerações comerciais que se formavam ali eram consideradas lugares mal frequentados, de má gente. Após a Abolição da Escravidão, sem o aparato legal que respaldasse o confinamento da mão-de-obra e da fonte de renda de parte dos senhores de escravos urbanos, enxergou-se que o trabalho industrial seria a melhor alternativa para controlar

a massa pobre recém-liberta, o que garantiria, por consequência, o impulso na economia industrial brasileira.

Para garantir que isso acontecesse, iniciou-se um intenso processo de marginalização de qualquer atividade profissional que não envolvesse o chão industrial. Pequeno comércio e comércio ambulante foram perseguidos; a mendicância foi criminalizada; tudo o que não envolvesse o trabalho industrial, de alguma forma, e que não encaixasse com o modelo de cidade civilizada e desenvolvida idealizado pelo poder público, pela imprensa e pela classe artística, era vilanizado e sofria forte repressão. Ou seja, qualquer apropriação do espaço realizada pelas classes mais baixas “enfeitaria” a cidade, então não deveria ser permitida – não fazia parte do *dever ser carioca* (BARBOSA; FAUSTINI; SILVA, 2013).

Ao mesmo tempo, as formas de controle social da população negra e trabalhadora não pertencente aos setores industriais foram se aprimorando. As intervenções urbanas higienistas contribuíram para a repressão dos corpos negros e, obviamente, dos ambulantes, da mesma forma que as políticas imigrantistas e de embranquecimento da população, aliadas à eugenia como movimento científico e como políticas públicas (estimuladas nas constituições de 1934 e 1937) um efeito de embranquecimento cultural do mercado de trabalho, impactando diretamente na percepção da população sobre o que é o trabalho ideal.

A mídia acaba por ter grande importância na formação da imagem do camelô na opinião pública e, conseqüentemente, na cultura urbana da cidade. Na década de 1920 os *camelots* já eram associados à agressividade e à incivilidade, através de diversas notícias de brigas internas, algazarras provocadas, à malandragem e à desordem urbana devido aos volantes e às pequenas aglomerações formadas em torno do vendedor. Desde então, a imprensa destaca incessantemente que a repressão violenta dos agentes do Estado é a solução única para o fim das atividades de camelôs, principalmente nos locais mais movimentados da cidade – que são as zonas mais exploradas turisticamente pelo governo ao longo de toda a história.

A primeira mobilização organizada dos camelôs se deu tardiamente, com a ACAC, apenas na década de 1970; a segunda mais expressiva veio em 2003, com o MUCA. Ainda assim, muito se depende de políticos dispostos a representar seus interesses para que seus direitos sejam garantidos. Discussões sobre armamento da Guarda Municipal e ocupação organizada do espaço público estão em pauta, mas tudo indica que ainda há muito a se lutar.

Sobre as reformas políticas e constitucionais observadas no Brasil ao longo da história no que tange a segurança pública, principalmente após a Constituição de 1988, Mello (2011) observa que as alterações e reelaborações realizadas na lei não garantem mudanças automáticas nas práticas sociais. Para ela, "muitos discursos, muitas propostas, muitas percepções e obstáculos encontram-se presentes no jogo de forças formado entre atores sociais e instituições" (p. 53). De fato, é necessário questionar a contradição entre os avanços conquistados legalmente (mesmo que poucos) e a insistência do comportamento repressivo aos ambulantes, tal como a persistência do perfil social desses trabalhadores.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinícius; SILVA, Jailson de Souza e. **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

BRITTOS, Valério C.; GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social**. Alceu, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p.121-133, dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=9&infoid=228&sid=25>>. Acesso em: 01 out. 2019.

CHALHOUB, Sidney. Cortiço. In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. Intertextualidade. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Unb, 2001. Cap. 4. p. 133-175.

GUIMARÃES LIMA, Vítor Henrique. A herança do comércio da África pré-colonial nas práticas comerciais em Salvador e no Rio de Janeiro: continuidades e rupturas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 175-199, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/861>>. Acesso em: 04 maio 2020.

GUIMARÃES LIMA, Vítor Henrique. **Moral, poder e o mercado de rua no Rio de Janeiro: um processo histórico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CALEIDOSCÓPIO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA, 2., 2017, Campos dos Goytacazes. Anais... . Campos dos Goytacazes: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (est), 2017. p. 0 - 15. Disponível em: <http://congressointernacionalcaleidoscopio.sites.uff.br/?download=363>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MACIEL, Laura Antunes. **Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado**. In: OLIVEIRA, Márcio Piñón de; FERNANDES, Néilson da Nóbrega. 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj; Eduff, 2010. p. 187-218.

MAIA, Rosemere. **Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca por competitividade no "mercado mundial" de cidades.** In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Org.). Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. Cap. 4. p. 62-78.

MELLO, Kátia Sento Sé. Os discursos sobre segurança pública. In: MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidades e conflitos: guardas municipais e camelôs.** Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 53-84.

MENEZES, Wagner Chagas de. **O punga sai do armário: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos.** Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 89, p.65-88, abr. 2003. Quadrimestral.

MOREIRA, Angela. **Mercados populares ou camelódromos: Nascimento e variações de um objeto arquitetônico.** In: Colóquio Internacional Sobre Comércio e Cidade: Uma Relação De Origem, 2., 2008, São Paulo. Anais... . São Paulo: Labcom, 2008. p. 0 - 8. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/4002_Moreira.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2011. (Coleção Antropologia e Ciência Política; 50)

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** S. Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Acervo digital do Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 1926 – 2017. Foram pesquisadas as seguintes palavras: camelots, camelô.

VEJA RIO, Rio de Janeiro, 2017.